



A pedagogia do vírus: o que é possível aprender com a Covid-19?

The pedagogy of the virus: what can one learn with Covid-19?

La pedagogía del virus: ¿qué es posible aprender con el Covid-19?

Maria Tereza Goudard Tavares¹



<https://orcid.org/0000-0002-9856-5098>

Adrielle Lisboa²



<https://orcid.org/0000-0003-2616-7012>

Resumo: A complexidade do contexto atual é um dos desafios à nossa escrita, realizada em tempos de incertezas, nos quais o avanço destruidor da Covid-19, no Brasil, vem obrigando os estados brasileiros a ampliarem as medidas de isolamento social, fechando as escolas e suspendendo as aulas em seus territórios. Do ponto de vista de nosso artigo, uma das lições a serem aprendidas diz respeito aos impactos da Covid-19 nas diferentes escalas do território do vivido. A pandemia do coronavírus reitera a dimensão política e epistêmica de investigar o lugar, tomando-o como densidade analítica e compreensiva de processos formativos de crianças, jovens e adultos. Dialogando com Santos (1994), em sua formulação teórica sobre a sua epistemologia existencial, somos instigados a realizar o exercício de estudar o que cada lugar tem de singular, de específico, de diferente e original para compreendermos como os sujeitos agem e produzem modos de vida, relações e práticas sociais, dentre as quais o direito à escolarização.

Palavras-chave: Direito à educação. Educação popular. Educação superior.

Abstract: The complexity of the current context is one of the challenges of our work, done in times of uncertainty, in which the destructive growth of Covid-19, in Brazil, has been forcing Brazilian states to enhance the measures of social distancing, closing down schools, and calling off classes in their territories. In the point of view of our article, one of the lessons to be learnt concerns the impacts of Covid-19 on the different scales of our territory. The corona virus pandemic reiterates the political and epistemological need to investigate the place, approaching it as analytical and comprehensive density of the formative processes in children, young adults and adults. In dialogue with Santos (1994), in his theoretical formulation on his existential epistemology, we are prompted to research what each place has that is unique, specific, different and original, in order to understand how the subjects act and produce ways of life, relations and social practices, among which is the right to schooling.

Keywords: Right to education. Popular Education. Higher Education

¹ Pós- Doutora em Educação pela UNICAMP. Docente da Faculdade de Formação de Professores da UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: mtgtavares@yahoo.com.br.

² Mestranda em Educação na Faculdade de Formação De Professores da UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: driellelisboa@gmail.com.

Resumen: La complejidad del contexto actual es uno de los desafíos a nuestra escritura, realizada en tiempos de inseguridades, en los que el avance destructor del Covid-19, en Brasil, viene obligando a los estados brasileños a ampliar las medidas de aislamiento social, cerrando las escuelas y suspendiendo las clases en sus territorios. Desde el punto de vista de nuestro artículo, una de las lecciones a ser aprendidas se refiere a los impactos del Covid-19 en las diferentes escalas del territorio de lo vivido. La pandemia del coronavirus reitera la dimensión política y epistémica de investigar el lugar, tomándolo como densidad analítica y comprensiva de procesos formativos de niños, jóvenes y adultos. Dialogando con Santos (1994), en su formulación teórica sobre su epistemología existencial, somos instigados a realizar el ejercicio de estudiar lo que cada lugar tiene de singular, de específico, de diferente y original para comprender como los sujetos actúan y producen modos de vida, relaciones y prácticas sociales, entre ellas, el derecho a la escolarización.

Palabras-clave: Derecho a la educación. Educación popular. Educación superior.

Introdução

O futuro não nos faz. Nós é que nos refazemos na luta para fazê-lo.

Paulo Freire

A complexidade do contexto atual é um dos desafios à nossa escrita, realizada em tempos de incertezas, nos quais o avanço destruidor da Covid-19, no Brasil, em especial nas metrópoles densamente povoadas do país, como, por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Manaus, Belém do Pará e outras, já nos referenciam como o 2º país no ranking da Organização Mundial da Saúde (OMS) em número de mortes, atingindo neste momento, 18 de junho de 2020, a terrível marca de 46.842 pessoas mortas em todo o país e cerca de 965.512 casos confirmados (RIO DE JANEIRO, 2020). Dados do Ministério da Saúde apontam que a população negra brasileira, desde o dia 8 de maio de 2020, já é a maioria entre as vítimas da Covid-19, considerando que pretos e pardos representam 50,1% das vítimas e brancos, 47,7%, reiterando o darwinismo social do vírus entre nós (GLOBO.COM, 2020).

A complexidade do cenário da pandemia exige ser urgente e necessário pensar, arguir esse “estado de exceção” (BENJAMIN, 2012) no qual, como um pesadelo, vivemos todas e todos. Tempo do coronavírus, pandemia mundial que há meses vem assolando tanto o Brasil quanto os demais países do mundo, exigindo de nós a capacidade de nos (re)pensarmos em tempos de isolamento social, além de uma desmesurada capacidade para pensar o trabalho em tempos de home office e atividades remotas.

Assim, instaura-se um outro tempo, um tempo de incertezas frente à complexa crise na qual todos estamos enredados: uma crise da própria medicina e dos debates em torno de como tratar da pandemia em si; uma crise econômica, que vem afetando todo o sistema produtivo e cujos impactos não sabemos antever; e uma crise pessoal, de nossas próprias condições mentais e subjetivas, de como cada um/cada uma está vivendo esse período de quarentena, sendo que os impactos subjetivos não podem ser subestimados, principalmente por uma grande parte de mulheres, em especial mulheres negras e moradoras das periferias das grandes metrópoles brasileiras.

Dados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2020 indicam um aumento da violência contra a mulher em função do isolamento social. As denúncias de violências contra a mulher tiveram um aumento de 50%, ao passo que, em São Paulo, o aumento foi de 44,9%. A conjuntura social tem afetado diretamente as mulheres, principalmente das classes populares. Ao passo que para muitos ficar em casa é sinônimo de proteção, para muitas mulheres que vêm sofrendo violência física e/ou psicológica isso significa mais tempo com o seu algoz. A pressão psicológica se torna inerente neste contexto, pois observamos diariamente demissões em massa, aumento da demanda de trabalho, assim como a diminuição das interações sociais. Contudo, o que temos apreendido com a pandemia é que ela expõe de maneira brutal as desigualdades sociais – do acesso às condições de assistência à saúde a moradias ambientalmente seguras, bem como ao direito à educação, ao emprego e à cultura. As profundas desigualdades sociais no país tendem à agudização, desvelando a barbárie contemporânea de uma sociedade construída em bases imoralmente desiguais.

Do ponto de vista de nosso trabalho, enquanto categoria profissional, como professoras e professores que somos, é fundamental registrar que, segundo o jornal espanhol *El País*, a partir de 6 de março de 2020 mais de 300 milhões de estudantes já estavam afetados, em 22 países de 3 continentes, pelo fechamento de escolas, devido à expansão da Covid-19. E, ainda, segundo a UNESCO, outros 180 milhões de estudantes seriam afetados em breve pelo vírus, obrigando os governos a ampliarem as medidas de isolamento social, fechando as escolas e suspendendo as aulas em seus territórios (UNICEF, 2020).

Hoje, no Brasil, os dados do Ministério da Educação (MEC) indicam a suspensão das aulas presenciais em todas as redes escolares, tanto públicas quanto privadas, sendo que, em quase todos os 27 estados da federação, as redes públicas, através de suas secretarias municipais e estaduais, ainda não conseguiram implementar algum tipo de política sistemática de ensino a distância (EAD) que minimamente pudesse colocar os sujeitos escolares, professores e estudantes em alguma forma de comunicação. E, segundo dados do Censo Escolar de 2019, seriam 47,9 milhões de alunos matriculados na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) nas redes públicas e privadas de todo o país, ou seja, muitos afetados diretamente pelo contexto acima descrito (INEP, 2020).

Diante do volume e do impacto desses dados e da crescente precarização nas redes públicas educacionais em todo o país, principalmente no estado do Rio de Janeiro, cremos ser importante problematizar mais ainda o contexto de suspensão das aulas e o fechamento das escolas no Brasil. Segundo dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) de 2018, o telefone celular é o único meio de acesso à internet nas classes C (61%) e D (85%). E, ainda, de acordo com os dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, 2020), 55% dos acessos móveis do país são pré-pagos. Sabe-

se que boa parte dos usuários pós-pagos são clientes de “controle”, que pagam uma taxa fixa mensal, mas que têm um limite, em geral, bastante restrito de tráfego de dados.

Considerando a necessidade de isolamento das famílias, limitação do serviço de conexão e ampliação do uso familiar de internet, a realização de atividades intensas em tráfego de dados, como aulas, pode ficar comprometida e deixar muito a desejar quanto ao acesso à informação, à cultura e à educação. O acesso aos computadores, por exemplo, é outro diferencial relevante e que reforça questões vinculadas às desigualdades de acesso à tecnologia digital no país. No Brasil, apenas 9% dos domicílios da classe D contam com o dispositivo. Este índice nos domicílios localizados em áreas rurais é de apenas 20%. E nas regiões Norte e Nordeste é de 30% (CGI, 2018).

Nesse momento, quando milhares de estudantes e professores/as nas cidades e nas áreas rurais estão em casa, sem acesso à educação, às aulas, indagamos sobre a importância da escola pública para brasileiros e brasileiras. Mesmo diante de dados que comprovam que as classes populares estão apartadas de acesso a ferramentas tecnológicas que possibilitam uma rotina sistemática de estudos, o MEC tentou, de forma antidemocrática, manter o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Considerar a possibilidade de manter este exame diante da crise que assola o país é retroceder frente a uma luta histórica dos movimentos sociais pelo acesso ao Ensino superior, além de transformar o ENEM em mais um instrumento de promoção das desigualdades educacionais.

Contudo, após intensas pressões de movimentos sociais, estudantes e professores, através das redes sociais, a Defensoria Pública da União (DPU) solicitou ao Tribunal Regional Federal (TRF) o adiamento da prova, de modo que no dia 20 de maio o Senado aprovou o projeto de adiamento. No mesmo dia, o Ministro da Educação anunciou o adiamento do exame, que continua sem data prevista para execução.

A partir do cenário educacional brevemente exposto, a premissa deste artigo é de que a pandemia do coronavírus vai continuar impactando a escola, ampliando o contexto de desigualdades educacionais entre os sistemas públicos e privados de ensino. E por isso mesmo, em um momento tão dramático, torna-se relevante e inadiável pensar o papel da escola pública e dos/das professoras e professores nos processos de formação humana de crianças, jovens e adultos no país, tomando cada escola, cada contexto escolar como um território de potência e de resistência à barbárie em curso no país.

Outras gramáticas formativas na escola pública em tempos de enfrentamento das desigualdades sociais: é possível aprender com o Coronavírus?

Uma das lições a serem aprendidas diz respeito aos impactos da Covid-19 nas escalas do território do vivido. A pandemia do coronavírus reitera a dimensão política e epistêmica de investigar

o lugar, tomando-o como densidade analítica e compreensiva de processos formativos de crianças, jovens e adultos, e nos leva ao diálogo com Santos (1994), que, em sua formulação teórica sobre a sua *epistemologia existencial*, nos instiga a realizar o exercício de estudar o que cada lugar tem de singular, de específico, de diferente e original para compreendermos como os sujeitos agem e produzem modos de vida, relações e práticas sociais, dentre as quais o direito à educação na cidade.

Relativamente aos processos de escolarização, o lugar como parte do real é onde o espaço social se *retraduz* no espaço físico e a relação entre a distribuição de bens e serviços no espaço físico define o valor do espaço social reificado. Ao recorrermos a esta formulação teórica de Bourdieu (1997), podemos ler, pela análise do autor, o alcance das políticas de democratização do direito à educação, que, a despeito dos consideráveis avanços nas duas últimas décadas no Brasil, têm se confrontado com paradoxos produzidos sob o abrigo de uma política universal. Vale dizer que o avanço na oferta quantitativa da educação básica, etapa da obrigatoriedade escolar, não foi capaz de superar a dualidade quantidade-qualidade como uma das expressões da inclusão precária de crianças, jovens e adultos das classes populares nos equipamentos escolares disponíveis.

Em nossas pesquisas no campo das políticas públicas e educação, no município de São Gonçalo, vimos recorrendo às contribuições de Ribeiro (2009), cujo trabalho político-epistêmico e político-metodológico, em profundo diálogo com Milton Santos (1994), toma a perspectiva do *lugar* como espaço por onde se engendram ações e diferentes relações de força que impulsionam e produzem dinâmicas sociais no território.

Deste modo, entendemos que esta breve contextualização poderá contribuir para a compreensão do conceito de formação humana como um *processo aberto*, que vai sendo desenhado ao longo da vida, dialogando com a condição de *inacabamento* de guatathomens e mulheres, como define Freire (1997, p. 20):

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da infinitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. “A educação e a formação permanente se fundam aí (FREIRE, 1997, p. 20).

Outra lição a ser revigorada implica conceber homens, mulheres, crianças e jovens como seres inacabados, nos levando a refletir os seus processos formativos como caminhos abertos e bifurcação de trajetórias que são trilhadas ao longo de nossas vidas, um caminhar meio nômade que é também marcado pelo contexto sócio-histórico do qual fazemos parte. Dessa maneira, os processos formativos que defendemos englobam muito mais do que os conteúdos curriculares e modos de fazer pedagógicos; abrangem, também, as dimensões pessoais e subjetivas tomadas por nós como produções

sociais e coletivas. Isso alude a pensar a escola enquanto um espaço fundamental da aprendizagem da democracia, do comum, da solidariedade generalizada e do estar junto. A escola pública como um espaço intergeracional fundamental para se problematizar a vida coletiva, para se produzirem agenciamentos societários que desnaturalizem e recriem as estruturas desiguais do capitalismo mundial integrado (GUATTARI, 1989).

Neste esforço de elaboração de uma síntese, mesmo que inconclusiva, ressaltamos uma questão que, longe de ser uma obviedade, configura-se como um desafio fundamental no campo educativo brasileiro, em especial no Brasil pós pandemia da Covid-19: torna-se importante pensar e discutir nos processos formativos toda uma gramática de formação (TAVARES, 2019) em diálogo com a categoria da provisão, tomada de empréstimo aos pesquisadores/as do campo da educação popular, em especial à antropóloga Lygia Segalla (1992), e ao historiador Victor Valla (1998).

Primeiramente, quando falamos em outra gramática de formação estamos nos referindo a um conjunto de dispositivos epistêmicos, políticos e pedagógicos que designam um sentido comum, dialógico, e interligados para a formação humana (TAVARES, 2019). Do ponto de vista da gramática de formação necessária aos processos de formação de estudantes e professores e professoras que referenciamos no texto, entendemos ser importante ressaltar o emprego da categoria “provisão” em tensão com a categoria “previsão”, no sentido de afirmar um modo diferente (mas não desigual) dos diferentes grupos com os quais trabalhamos nas redes de Educação Básica de São Gonçalo (RJ), pautarem e conduzirem suas vidas, especialmente no que tange às estruturas temporais e construção de seus processos de aprendizagem. A categoria provisão nos desafia a pensar uma percepção diferenciada de tempo, tendo em vista a intensidade do tempo de agora, o que não significa e não implica a deserção de projetos de futuro, de pensar a vida como possibilidade do ainda por vir, como nos provoca Bloch (2005).

Com efeito, para Bloch, a questão da esperança é fundamental em seu livro *Princípio Esperança* (2005), no qual busca levar a filosofia até a esperança, nos propondo pensar que as angústias diante da vida e as maquinações do medo e seus criadores podem ser alvos da ação das pessoas, que, movidas pelo afeto da espera, saem de si mesmas e, empenhadas nessa atividade, procuram no próprio mundo aquilo que ajuda o mundo a ser o que ele ainda não-não é. Empenhando-se em tornar o mundo um lugar possível para a aventura do ser mais (FREIRE, 1997), como potência do estar junto, nos tornando cada vez mais solidários e provisionados frente ao porvir.

À guisa de (in)conclusões

Em nosso exercício de pensamento, compreendemos que, ao interrogar sobre as virtualidades do *lugar*, sobre os processos formativos realizados nos territórios da escola, nos é permitido pensar a

complexa dialética da formação humana nos espaços institucionais ou não institucionais nas quais se realiza. Assim, professores/as e estudantes parecem intuir sobre as virtualidades do lugar como (re)existência e, também, como conjunto de oportunidades para a materialização de processos formativos indissociáveis a um projeto ético e sociocultural, isto é, a um projeto de sociedade mais livre e igualitária.

Colocadas estas questões, isto implica tomar o território da escola como texto e contexto de processos de produção de conhecimentos teóricos, práticos, políticos, éticos e estéticos a serem (re)criados a cada dia, *como obras abertas* (TAVARES, 2019), nas quais as dinâmicas de formação de estudantes e professores circulam e se recriam, sendo nutridas por jogos de poder e exercícios liberdade, que, ao serem (re)apropriadas e aprofundadas pelos diferentes sujeitos em formação, constituem uma gramática de formação centrada na superação da falsa dicotomia ente teoria e prática, entre provisão e previsão, entre o pensar e o agir, entre o coletivo e individual.

Neste sentido, para fechar mesmo que provisoriamente este texto-pretérito para uma *conversação*, reiteramos que o desafio de pensar a escola pública na perspectiva de uma gramática formativa pautada na categoria da *provisão* não se esgota apenas na produção de espaços potentes para diálogos sobre o campo escolar, pedagógico propriamente dito.

Compreendemos ser cada vez mais auspicioso e estratégico, tanto política quanto epistemicamente, conhecer e dialogar com processos formativos produzidos pelas forças vivas nos territórios, interrogando-as, aprendendo com elas na perspectiva do enfrentamento das desigualdades sociais. Nesses tempos tão sombrios no Brasil e no mundo, entendemos ser urgente produzir estudos sobre o campo educacional em sentido ampliado, revigorando nossos *quefazeres* em tempos de (pós)pandemia e de transformações sociais profundas.

Referências

BENJAMIN, W. **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BLOCH, E. **O Princípio Esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005.

BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Governo Federal. **Agência de Telecomunicações, ANATEL**, 2020, disponível em: <https://www.anatel.gov.br/institucional>. Acesso: 20 de jun./ 2020.

CGI. **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 2018. Disponível em <https://cgi.brt/pagina/decretos/108/>. Acesso: 20 de jun./ 2020.

GLOBO.COM. **Coronavírus é mais letal entre negros no Brasil, apontam dados do Ministério da Saúde.** Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/11/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-do-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em: 7 out. 2020.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** São Paulo: Papyrus, 1989.

FREIRE, P. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1997.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira. **Censo Escolar.** Disponível em: <https://portal.inep.gov.br/web/guest/censo.escolar> Acesso: 20 de jun./2020.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma Sociologia do presente: ação, técnica e espaço.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

RIO DE JANEIRO, Governo do Rio de Janeiro. **Painel Corona vírus-Covid-19, 2020.** Disponível em: <https://painel.saude.rj.gov.br/monitoramento/covid-19.html#>. Acesso em: 18 de jun./2020.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SEGALLA, L. **A construção desigual do conhecimento.** Rio de Janeiro: PUC, 1992.

TAVARES, M. T. G. Pensando a formação de professores das infâncias a contrapelo: desafios contemporâneos da formação de docentes em periferias urbanas. In: MARTINS, D. A. A.; CARRIJO, M. C. B.; ROLIM, C. L. A. (orgs.). **Singularidades e resistências na formação de professores: novos e velhos enfrentamentos.** Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

TRIBUNAL de justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Números de atendimentos demonstram aumento de vítimas de violência doméstica na pandemia.** Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/cejuvida->. Acesso em: 7 out.2020.

UNICEF/Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-faz-apelo-apelopara-atender-ascrescentes--necessidades-de-criançs-afetadas-pelo-covid-19>. Acesso: 20 de jun./2020.

VALLA, V. Apoio social e saúde: buscando compreender a fala das classes populares. In: COSTA, M. V. **A educação popular hoje.** São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

Recebido em: 03 de junho de 2020.

Versão corrigida recebida em: 20 de outubro de 2020.

Aceito em: 23 de setembro de 2020.

Publicado online em: 01 de abril de 2021

